

Audiência pública discute combate ao jogo do bicho

Assunto:

JOGOS DE AZAR



Audiência pública discute combate ao jogo do bicho

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor realizou nesta quinta-feira (1/3) audiência pública para discutir o combate ao jogo do bicho e às máquinas caça-níquel em Belo Horizonte e a possível omissão do poder público em relação às contravenções. O vereador Cabo Júlio (PMDB), preocupado com as ramificações dessas atividades na capital, solicitou a realização da audiência.

Cabo Júlio abriu o debate dizendo que é notório o empenho, em diversos estados, no combate ao jogo do bicho, casas de bingo, máquinas caça-níquel e a todos os tipos de jogo de azar. ?Aqui em Belo Horizonte há vários pontos onde se pode ver máquinas caça-níquel e aparentemente nada tem sido feito?, disse o parlamentar. Ele criticou duramente o não comparecimento de nenhuma das autoridades de comando da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), que foram convidadas para o debate, e disse que é preciso averiguar se há algum tipo de omissão ou conivência do poder público e das polícias para com essas atividades criminosas.

O debate seguiu com a participação do Investigador de Polícia Denílson Martins, presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (SINDPOL). O investigador afirmou que esse debate é realmente importantíssimo, porque atrás do jogo de bicho e outros como as máquinas caça-níquel, aparentemente inofensivos, existem ramificações criminosas muito maiores. ?Tráfico de drogas, corrupção, exploração sexual de menores, contrabando, receptação de carga roubada, todas essas atividades criminosas têm ligação direta com os jogos de azar?, afirmou.

O presidente do Centro Social dos Servidores do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar de Minas Gerais (ASCOBOM), Cabo Álvaro Coelho, apoiou as palavras do policial civil, dizendo que basta investigar um pouco e apreender algumas máquinas caça-níquel e seus responsáveis que já se percebem indícios de tráfico de drogas. Ele lembrou ainda que desde que começou a se falar em integração das Polícias Civil e Militar em Minas Gerais nunca mais se teve notícias de

nenhuma operação. ?Essa idéia de operação conjunta é uma farsa, não existe. As corporações têm gasto mais com campanhas de divulgação da integração das polícias do que com reais investimentos em ações de combate à criminalidade?, apontou Cabo Coelho.

O Tenente-Coronel Márcio Ronaldo de Assis defendeu a Polícia Militar, quando disse que o problema é mais complexo do que uma ação policial pura e simplesmente. ?Muitas vezes a mídia age de forma sensacionalista e crítica a PM, fala em corrupção, mas e os outros responsáveis? A sociedade, a prefeitura, o governo do estado, todos têm sua parcela de responsabilidade na disseminação dessas atividades? disse o militar. Ele apontou que as pessoas que jogam, a prefeitura que concede alvarás de funcionamento e não fiscaliza a real atividade do estabelecimento, e o estado que pode interferir de diversas maneiras e não o faz, pecam e colaboram com a manutenção do problema.

Para o vice-presidente da SINDPOL, Antônio Marcos Pereira, é preciso deixar de lado a hipocrisia e encarar o problema, que é social e não somente das polícias. ?A culpa é minha, é sua, é da sociedade; o estado falha, o município falha, aí o problema vira um caso de polícia? disse. Pereira afirmou ainda que desvios de conduta estão em todos os nichos da sociedade e não se pode responsabilizar somente uma instituição por um problema tão sério e crítico.

A vereadora Maria Lúcia Scarpelli (PCdoB) contou que já está formulando, juntamente com o Cabo Júlio, uma legislação que permita responsabilizar o proprietário do imóvel quando o aluga para o desenvolvimento de atividades ilegais, e espera que a medida feche algumas portas para a criminalidade. Ela sugeriu ainda que seja realizada uma intensa campanha de conscientização junto à sociedade para combater as práticas de jogos de azar, assim como a venda de produtos piratas, prostituição e demais atividades ilegais correlatas.

Também estiveram presentes na audiência o chefe do 1º Departamento de Polícia Civil da Capital, Roberto Soares de Souza, representando o chefe da Polícia Civil, delegado Jairo Lelis, o sargento Salvim Ferreira Neto, o vereador Autair Gomes (PSC) e a vereadora Silvia Helena (PPS).

Superintendência de Comunicação Institucional

Data publicação:

Quinta-Feira, 1 Março, 2012 - 00:00
